

INCLUSÃO E MERCADO DE TRABALHO: UM CORPO PRODUTIVO OU UM DISCURSO QUE SEGREGA?

INCLUSION AND LABOUR MARKET: A PRODUCTIVE BODY OR A DISCOURSE THAT SECLUDES?

Maria Eliza Freitas do NASCIMENTO
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING/UFPB
elizamfn@hotmail.com

Regina BARACUHY
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PROLING
mrbaracuhy@hotmail.com

RESUMO. Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos que circulam no discurso sobre a inclusão do sujeito com deficiência no mercado de trabalho, agregado a estratégias disciplinares e mecanismos de biopoder. Usamos os preceitos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a partir do diálogo entre Michel Pêcheux e Michel Foucault para escavar os sentidos nas práticas discursivas, ligados a acontecimentos e redes de memória, sempre com foco nas relações de poder e saber. O nosso alvo de investigação é o discurso da *Revista Sentidos*, uma produção midiática destinada à inclusão da pessoa com deficiência. A partir dos deslocamentos históricos, ressaltamos como foi possível ao corpo com deficiência sofrer os efeitos do poder de normalização para ser considerado produtivo e inserido no mercado de trabalho. Entretanto, o discurso é sempre ligado a procedimentos de controle e seleção, fazendo com que certos enunciados possam ser ditos e outros silenciados. Com isso, é possível perceber os modos de subjetivação do sujeito, além das movências de sentido para a deficiência e o trabalho nessa materialidade discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência. Sujeito. Poder.

ABSTRACT. This work aims to analyze the meaning effects that round in the discourse about the inclusion of the subject with deficiency at the labour market, joined to disciplinary strategies and bio-power mechanisms. We used the theoretical principles from French Discourse Analysis, according to the dialogue between Michel Pêcheux and Michel Foucault to dig the meaning from the discourse practices, linked to events and memory chains, always focusing on the power/knowledge relations. Our investigation target is the discourse of the *Revista Sentidos*, a media production turned to the inclusion of the person with deficiency. According to the historic displacements, we stand out how it was possible to the body with deficiency to face the effects of the

normalization power to become itself considered as productive and inserted in the labour market. However, the discourse is always linked to control and selection procedures by allowing some statements be said and other ones be silenced. Then, it is possible to realize the subject's ways of subjectivity, even the movement of meaning to deficiency and to the labour market on that discursive materiality.

KEY WORDS: Inclusion. Disability. Subject.Power.

Tudo se passa como se interdições, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação dos discursos. (FOUCAULT, 1999)

PALAVRAS INICIAIS

A proliferação de práticas discursivas sobre a inclusão social do sujeito com deficiência está cada vez mais disseminada na atualidade. Os discursos sobre a diversidade entram em cena, geridos por micropoderes que disciplinam e controlam os sujeitos por meio de diferentes técnicas.

A história do corpo com deficiência é contada sob o olhar da mídia como instituição que produz os dizeres a partir da visibilidade para a construção de certos sentidos e não outros. Neste percurso, destacaremos o olhar da Revista *Sentidos* que, por ser destinada a enunciar sobre o discurso da inclusão social do sujeito com deficiência, ressalta aspectos da inclusão pelo mercado de trabalho como um benefício da biopolítica. Isso favorece a se pensar esse corpo como produtivo e economicamente ativo, porém há silenciamentos que também constroem sentidos.

O discurso da inclusão está atrelado aos efeitos das relações de poder/saber que são construídas historicamente, lembrando que o poder está em todos os lugares, difundido em micropoderes. Por isso, Michel Foucault (2006, p. 233) “busca ver como, na vida cotidiana, nas relações entre os sexos, nas famílias, entre doentes mentais e pessoas sensatas, entre doentes e médicos, enfim, em tudo isso há inflação de poder”.

O discurso da Revista *Sentidos* faz derivar um conjunto de relações de poder, atrelado a saberes que estimulam a produção do conhecimento e favorecem a construção das vontades de verdade sobre a inclusão no mercado de trabalho. A partir disso,

indagamos: como a Análise do Discurso pode ser utilizada como base teórica para esta discussão?

DISCURSO, CORPO E PODER: ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS

Refletir sobre a contribuição da Análise do Discurso (doravante AD) para os estudos da linguagem oportuniza mostrar que a relação constitutiva da língua com a exterioridade é um dos destaques da teoria. Isso possibilita analisar os enunciados fugindo de sua extensão linguística e partindo para a rede de sentidos historicamente construídos em determinadas condições de produção. Desse modo, é preciso ver a linguagem na perspectiva que coloca Foucault (2007), sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência. É preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem, não na direção que ela remete, mas na dimensão que a produz.

A Análise do Discurso surge no ambiente intelectual e político da França do final da década de 60, mais precisamente no ano de 1969, quando Michel Pêcheux propôs um novo olhar para os estudos da linguagem, a partir da problematização do corte saussuriano, tomando o discurso como objeto de análise.

Essa teoria busca a articulação da Linguística com a História para entender o discurso como processo determinado pelo tecido histórico-social que o constitui. Para Pêcheux, o discurso é o lugar teórico em que se entrelaçam questões sobre a língua, a história e o sujeito. Com isso, a descrição e interpretação dos enunciados segue a trilha da exterioridade, ressalta a incompletude e a opacidade da linguagem, retomando os sentidos pelo viés do interdiscurso no domínio da memória discursiva, os quais possibilitam a heterogeneidade discursiva.

Em seu percurso teórico, a AD estabeleceu diálogos com pensadores como Michel Foucault, Michel de Certeau e Mikhail Bakhtin. Essas contribuições tornaram-se essenciais para as atualizações das bases epistemológicas ocorridas no interior da teoria, sobretudo na chamada “terceira época” (1980-1983) (GREGOLIN, 2004). Para este trabalho, interessa a contribuição de Foucault, que compreende o discurso como prática que comporta desejo e poder. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10).

É nesse jogo da luta política, no espaço das microlutas cotidianas que se verificam as relações de poder-saber, que existem em virtude da alteridade na sociedade. Não se pode deixar de notar que essas relações estão presentes nos discursos e possibilitam analisar a produção de saberes, os efeitos de verdade e os modos de subjetivação nos discursos do cotidiano.

Como o lugar privilegiado da manifestação do poder, o discurso constrói vontades de verdade, porém nem dito pode ser dito em qualquer lugar, por isso procedimentos sociais de controle, organização e seleção perpassam a ordem do enunciável, haja vista o caráter de interdição que perpassa um dado discurso e também o significado.

Entre o discurso e o poder, outro dispositivo entra na pauta dos acontecimentos que produzem a história – o corpo – compreendido como um enunciado discursivo, sobre o qual as visibilidades e dizibilidades fomentam um trajeto de leitura em diferentes materialidades. Por isso, é pertinente abordar a história do corpo com deficiência como uma produção discursiva, marcada por diversos processos de constituição. Este é um discurso que passa a ser palco de legitimação e fabricação de verdades, inicialmente marcados por processos de exclusão e mais tardiamente de inclusão, sempre atrelado a relações de poder e saber que produzem sujeitos dóceis, sob a ótica da governamentalidade.

As estratégias de poder incidem sobre o corpo com deficiência, relacionadas aos efeitos do biopoder que prometem a maximização da vida por meio das estratégias do governo do outro, sejam ligadas ao Estado ou disseminadas nos micropoderes das relações cotidianas. O que se nota no discurso é o poder disciplinar agindo na produção da docilização do sujeito em articulação com outras ferramentas que estimulam a fabricação das vontades de verdade.

Essas ferramentas provocam deslocamentos históricos nas relações de poder. Se antes o foco era no poder soberano, que marcou a era dos suplícios sobre o corpo, a partir da morte como pena que legitimava a força do rei, através de um ritual organizado; na Modernidade o foco do poder migra para a vida, distribuído sob a forma do governo individual ou da população.

Com isso, ocorre a transição dos efeitos de poder destinados a produzir forças, promovendo seu ordenamento. Interessa, assim, governar através de um exercício

positivo de poder que marca a gestão, multiplicação, valorização e docilização do corpo. É preciso mantê-lo vivo, sadio, adestrado para as atividades exigidas na sociedade. Isso caracteriza a sociedade disciplinar, a qual é marcada pelos efeitos do poder que incidem sobre o indivíduo.

Já o governo da população é conduzido pelos efeitos do biopoder que se voltam para o favorecimento do corpo-espécie, ou seja, o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo, como suporte dos processos biológicos (o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade, etc.) perpassados por uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2010). Constrói-se um efeito de controle e normalização da população, por meio de instrumentos de poder que geram a vida em nome de uma verdade que promete práticas de bem-estar social.

É sob o domínio das relações de poder e saber que a história do corpo com deficiência vai ser marcada por acontecimentos que pressionam as práticas sociais a promover deslocamentos que favorecem a inclusão social. A legitimação das verdades se dá por conta do discurso jurídico, conforme se pode notar na discussão seguinte.

O ACONTECIMENTO DISCURSIVO NO PALCO DA INCLUSÃO



FIGURA 1 – Jornal O Estado de São Paulo 02/01/1981
Fonte: www.google.com.br

Ao olharmos para esse enunciado vêm as indagações que aprendemos a formular a partir da perspectiva foucaultiana. Por que esse e não outro em seu lugar? Quais os sentidos que são construídos e a partir de que regras de formação? Para respondê-las é

preciso buscar, na dispersão de uma dada formação discursiva²⁹, as relações que estão na base de constituição do enunciado. Para tanto, faz-se necessário escavar o campo dos acontecimentos discursivos como o conjunto finito e limitado que permite a formulação das sequências linguísticas, a partir da construção do enunciado na singularidade da sua situação. Desse modo, seguindo a trilha de Foucault (2007, p. 28-30), “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos [...] buscar o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam”.

O acontecimento discursivo alude a 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), promulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU como forma de se pensarem as questões sobre a deficiência em âmbito mundial. Desse modo, o enunciado do Jornal *O Estado de São Paulo*, de 02/01/1981, destaca o enunciado que caracteriza o símbolo escolhido. Ele constrói um efeito de sentido de igualdade na figura formada por duas pessoas, uma de frente para outra, de mãos dadas, comungando os direitos de todos os cidadãos, em uma atitude de solidariedade e apoio à igualdade. Elas são rodeadas por folhas de louro, também usadas como símbolo da ONU. O enunciado imagético corrobora os sentidos do enunciado verbal que afirma: “[...] ano em que os deficientes físicos ou mentais pretendem, acima de tudo, lutar para ter oportunidades iguais as outras pessoas”.

Esse enunciado legitima os sentidos da proposta do AIPD que busca garantir a efetivação de ações mundiais voltadas para a conquista da equidade social por parte das pessoas com deficiência. É preciso então buscar as regras de formação do acontecimento do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, vendo na historicidade do enunciado como ele emergiu e fez circular práticas discursivas sobre a inclusão.

O corpo com deficiência, historicamente marcado pela exclusão e segregação, passa a ser foco de discussões no cenário mundial, na segunda metade do século XX, em decorrência de pressões das relações de trabalho que se alastraram por conta das duas grandes Guerras Mundiais. Desse foco, muitos discursos são produzidos ligados ao

²⁹Foucault (2007, p. 43) afirma que: “no caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”.

saber da Medicina, do qual o modelo médico da deficiência passou a ser legitimado e aceito como verdade.

Para esse modelo, segundo Diniz (2007, p.15), “a deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados médicos”. O problema era atribuído somente ao indivíduo, por isso surge o processo de readaptação com a ajuda de equipes de saúde. Assim, todas as dificuldades poderiam ser superadas com essa ajuda profissional.

O discurso da readaptação aparece como uma forma de oferecer tratamento e ajuda especializada para promover a integração do sujeito com deficiência na sociedade. Há, dessa forma, o reconhecimento do avanço no olhar para a deficiência, por meio da integração social advinda de um poder de normalização conquistado pela reabilitação física.

Entretanto, o modelo médico nega a responsabilidade da sociedade na questão da deficiência. Desse modo, surge no final da década de 1960 o movimento social da deficiência que a define como um mecanismo de opressão social, da mesma forma que a marginalização sofrida por outros grupos minoritários. Esse movimento foi organizado e dirigido por pessoas com deficiência, dando origem à primeira organização política do grupo, podendo ser considerado um movimento de resistência na luta por direitos iguais.

As reivindicações desse movimento dão lugar ao modelo social da deficiência, o qual defende que a sociedade precisa se adequar para atender às necessidades de seus membros. Nesse caso, a deficiência não pode ser vista como um problema pessoal, mas sim de caráter social, tendo em vista que, segundo Sassaki (2002, p. 47), “cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional”.

Assim, houve uma mobilização no sentido de garantir políticas públicas para a deficiência, visando atingir o âmbito dos direitos, da equiparação de oportunidades, justiça social, oportunizando o bem-estar e a qualidade de vida. Dessa forma, as possibilidades de participação plena dos deficientes estavam na adaptação social por meio de políticas afirmativas que garantem mudanças de paradigmas com base nas relações de poder.

É nesse espaço de lutas do movimento social que as propostas de inclusão serão desenvolvidas no final do século XX, garantindo amparo legal e baseado na equidade social. Há a irrupção do discurso jurídico que legitima o gesto do poder público para governar a deficiência. As estratégias do biopoder irão incidir sobre esses sujeitos com deficiência, visando criar formas de intervenção na vida dessa população.

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas produz e faz circular os discursos que efetivam, na forma de lei, a inclusão social da pessoa com deficiência da maneira como se apresenta na atualidade.

O discurso jurídico estabelece as atitudes que desencadeiam práticas sociais. Tal discurso garante a evolução de programas, serviços e políticas públicas que são estratégias de governamentalidade para a deficiência, promovendo deslocamentos que vão da integração à inclusão.

Diante disso, os trabalhos em prol de um novo olhar para a deficiência serviram de base para a produção do acontecimento discursivo que daria suporte às lutas do modelo social. Assim, por força das reivindicações da sociedade civil, através das pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas proclamou oficialmente, em 16 de dezembro de 1976, através da Resolução 31/123, o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIDP), conclamando o mundo a se voltar para as questões da deficiência.

O lema escolhido foi “Participação plena e igualdade”, que sugere um efeito de sentido de oportunidades iguais para o ser humano, respeitando suas diferenças. Os objetivos principais foram: promover esforços nacionais e internacionais para proporcionar ao deficiente assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para o trabalho e assegurar a sua plena participação na sociedade, visando à participação prática e efetiva na vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes. (BRASIL, 1981).

O Ano Internacional das Pessoas Deficientes foi um acontecimento discursivo, que teve base na Carta para a Década de Oitenta, compreendida como o saber jurídico que alicerça as ações a serem implantadas em todo o mundo. A partir de então foram intensificadas as atividades de propostas da inclusão social da pessoa com deficiência, cujas políticas afirmativas que estabelecem as cotas em diferentes segmentos sociais são as que merecem destaque neste trabalho. Assim, o discurso da inclusão é movido por

esses acontecimentos, dos quais a Revista *Sentidos* não deixa de produzir e fazer circular sentidos, constituindo-se um olhar midiático para essas questões, conforme veremos na rede discursiva dos enunciados em revista.

A INCLUSÃO PELO TRABALHO: A DEFICIÊNCIA NO FOCO DO CONTROLE DISCURSIVO

Consideramos a inclusão no mercado de trabalho como uma estratégia disciplinar do corpo com deficiência na sociedade. O acontecimento que faz tal estratégia de poder entrar em ação é a Lei de Cotas que tem respaldo no saber jurídico, o qual é uma regularidade no discurso da inclusão e funciona como o alicerce que sustenta as ações do poder sobre a deficiência.

Através das leis, decretos e outras ferramentas, o documento vira monumento para fazer caminhar a história em suas descontinuidades, pressionado pela participação ativa dos sujeitos com deficiência nas lutas e reivindicações. As práticas de inclusão na sociedade contemporânea são formas de governamentalidade do corpo com deficiência por meio das políticas afirmativas, que surge como possibilidade de reparar as desigualdades sociais historicamente legadas aos grupos minoritários.

Dentre essas, a Lei de Cotas é o mecanismo de poder mais proeminente para a inclusão no mercado de trabalho. Ela é criada no setor público por meio da oferta de vagas em concursos. Já no setor privado, é implantada a partir da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência e a contratação de pessoas com deficiência.

A partir de então há uma obrigatoriedade em contratar pessoas com deficiência, sendo produzidos diferentes discursos que abordam essa questão. Assim, a Revista *Sentidos*, que é voltada para enunciar a inclusão social, contempla o assunto em várias edições, dentre as quais selecionamos para análise, a de número 63 de março de 2011.

Conforme destacado no editorial, essa edição é comemorativa dos vinte anos de lutas e vitórias das pessoas com deficiência após a promulgação da Lei de Cotas em 1991. O editorial, intitulado *lutas e vitórias*, dá visibilidade para a matéria de capa, a qual conta a história de três sujeitos incluídos no mercado de trabalho que são bem sucedidos, ressaltando suas conquistas. Segundo o sujeito enunciativo do editorial, “eles representam aquilo que todos devem ter: trabalho, autonomia e independência”

(SENTIDOS, 2001, p. 3), isso já aponta na direção dos sentidos que estarão presentes na matéria, agenciando o controle e a seleção dos dizeres de forma a promover o apagamento de outros, como se pode notar no enunciado abaixo.



Figura 2 – capa da edição 63
Fonte: Revista Sentidos

Vale ressaltar que os sentidos construídos nesse enunciado estão atrelados às redes de memória que perpassam todo o discurso, remetendo aos sentidos cristalizados sobre o mercado de trabalho no que se refere ao sujeito executivo em ambientes corporativos. A interface entre o enunciado imagético e o verbal sinaliza as conquistas dos sujeitos com deficiência em seus respectivos campos de atuação profissional.

Esse enunciado apresenta três sujeitos de boa aparência, vestidos de terno e gravata, de acordo com o padrão dos grandes executivos. A imagem “seria um operador de memória social”, conforme propagado por Pêcheux (2007, p.51). Sendo assim, a foto sinaliza para uma leitura possível desse enunciado.

O resgate de memória evoca os sentidos cristalizados sobre ser bem sucedido profissionalmente, não apenas nas vestimentas, mas também nas conquistas de bens materiais e nos recursos tecnológicos de última geração. Desse modo, compreende-se com Pêcheux (2006) que o discurso é “estrutura e acontecimento” e a produção dos sentidos ocorre no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Por isso, os enunciados fazem emergir sentidos que se materializam no presente, mas com ecos de memória que perpassam o fio discursivo.

A memória discursiva atua na imagem da capa da Revista como um efeito de regularidade, ativando o interdiscurso sobre o campo profissional dos executivos visto

como sujeitos bem sucedidos. Entretanto a memória também faz aparecer um acontecimento discursivo novo, que vem mover os sentidos cristalizados sobre o ser deficiente, como aquele incapaz e improdutivo, promovendo deslocamentos que fazem surgir uma nova série que é justamente a do sujeito com deficiência que conquista espaço no mercado de trabalho pela força produtiva do seu corpo.

O acontecimento discursivo que referenda essa discursividade é a implementação da lei de cotas que surge como uma estratégia biopolítica na governamentalidade do corpo com deficiência. Interessa governar a vida da população com deficiência, que aparece como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo”. (FOUCAULT, 2008, 140). Desse modo, o poder de normalização incide sobre o sujeito através da inclusão pelo trabalho, que para se efetivar, necessita de algumas técnicas do poder disciplinar, promovendo a docilização do corpo.

Para o sujeito com deficiência, neste enunciado, os efeitos do poder disciplinar acontecem por meio da sanção normalizadora que surge como uma recompensa em se conseguir uma função de destaque no trabalho. Esse mecanismo de inclusão possibilita ter acesso a bens e consumo, conforme destacado no caso do engenheiro mecânico Marcelo Costa. Ele aparece na foto, sorridente em seu carro adaptado, recusou a oferta de aposentadoria por invalidez e continua na empresa, no mesmo cargo que ocupava antes do acidente que o deixou paraplégico.

A recusa da aposentadoria por invalidez é um efeito de prova do deslocamento da memória cristalizada que colocava o sujeito com deficiência como um inválido que precisa ser ajudado pelo governo. O efeito de sentido do discurso aponta para o fato de que ele vai comprovar sua capacidade e mostrar suas conquistas. Por isso, o efeito de visibilidade, na imagem da capa da revista é dado pela instalação do carro no enunciado, reforçando que esse objeto não foi colocado por acaso. A evidência dada ao veículo é uma estratégia discursiva do sujeito enunciador da revista em mostrá-lo como uma das conquistas do sujeito com deficiência que está no mercado de trabalho. O enunciado verbal afirma isso claramente – *Conquistas: Carro adaptado, cão-guia e carteira de trabalho assinada. As principais vitórias das pessoas com deficiência.*

Nesse enunciado, a cor amarela usada na palavra conquista está ligada a um efeito de atenção, de chamamento para esse sujeito com deficiência que está sendo

subjetivado no discurso. Ele é visto sob outro efeito de visibilidade relacionando-o às conquistas dos últimos vinte anos. Dentre as três, o carro adaptado e o cão guia são ressaltados como estratégias discursivas na capa. Há um apagamento da carteira de trabalho, pois esses sujeitos representados não são vistos apenas por terem uma ocupação assalariada, mas pelos outros elementos destacados. O que se evidencia, na imagem é o fato de serem profissionais qualificados, com *status* de executivos pela aparência, o que demonstra serem bem sucedidos nas suas respectivas funções, exaltando, assim, as vitórias desses sujeitos, pois em nossa “sociedade do espetáculo”, não basta trabalhar, é preciso exercer uma função de prestígio social.

É importante destacar que se não fosse pela presença da cadeira de rodas e do cão guia na imagem, seria possível afirmar que não se tratava de sujeitos com deficiência, tendo em vista que o poder de normalização já construiu um novo sujeito com deficiência, higienizado pela disciplinarização do seu corpo. Desse modo, a deficiência aparece sob um duplo efeito - exaltação e apagamento, como se pode notar nas pistas que a sinalizam.

Ao lado do veículo foi colocada a cadeira de rodas, de forma estratégica para caracterizar o sujeito. Ela representa a deficiência do corpo, exalta sua diferença, mas também é vista como mais uma conquista possibilitada pela tecnologia, que atualmente fez aparecer no mercado cadeiras de rodas com diferentes recursos, algumas delas de pouco acesso à maioria das pessoas com deficiência por ser de preço muito elevado. Entretanto, a cadeira está vazia, o que sinaliza o apagamento da deficiência vista como invalidez e incapacidade. Ela não é mais a única possibilidade de locomoção, o carro substitui a cadeira e dá mais visibilidade ao sujeito em sua normalização.

Já o cão guia marca a deficiência visual, mas ao mesmo tempo, reforça o efeito de sentido de independência e liberdade, fazendo com que o sujeito não dependa de outras pessoas. A deficiência do terceiro sujeito discursivizado na imagem é marcada pela mão que aponta para o crachá. Ela estabelece um efeito de pertencimento ao quadro de funcionários da empresa, entretanto, indica que a comunicação desse sujeito é realizada por meio da língua de sinais, a libras, com isso ressalta sua deficiência.

Assim, essa imagem enfatiza os modos de subjetivação do sujeito com deficiência inserido nesse mercado de trabalho, promovendo a sua subjetivação por meio de um novo regime de verdade. A cadeira, o cão e o apontar do dedo exaltam a

deficiência, mas também ressaltam que o sujeito está além dela em toda sua possibilidade de normalização que o faz estar incluído no mercado de trabalho.

Essas estratégias mostram que a mídia utiliza um discurso de sedução e sensacionalismo, por meio de um saber publicitário, no qual o marketing é a linguagem específica para produzir determinados sentidos e não outros. É por isso, que colocar a evidência no veículo corrobora os sentidos produzidos no interior do enunciado verbal da matéria em foco. Ao discursivizar o exemplo de perseverança do engenheiro mecânico, que trabalha na Volkswagen, uma empresa de veículos, mostra que estase adaptou para atender às necessidades deste funcionário, inclusive cedendo um carro adaptado para facilitar sua visita às concessionárias.

O sujeito enunciator da revista utiliza-se do caso do engenheiro para entrar em outra conquista do sujeito com deficiência, que tem a ver com a estratégia biopolítica de isenção de impostos oferecida na compra de veículos. Desse modo, as políticas públicas de inclusão são estratégias de biopolítica do governo sobre o corpo com deficiência, fazendo entrever sentidos sobre a inclusão. Assim, o carro propicia liberdade, simboliza o desejo e o poder de estar incluído no mercado de trabalho, mas não em qualquer função, pois o veículo é considerado como *status* social. No enunciado da capa, o carro é enfatizado como uma grande conquista, fazendo com que as montadoras se voltassem para esse público, pois esses sujeitos podem ser consumidores ativos.

O outro sujeito discursivizado na imagem da capa é o jornalista Lucas Maia, que tem deficiência visual, entretanto, com a ajuda de uma cadela-guia trazida dos Estados Unidos, desenvolve suas atividades de forma independente. É importante afirmar que o disciplinamento pelo qual o sujeito passou, fez com que ele se inserisse no mercado de trabalho em uma função que pode ser considerada de difícil acesso, pela competitividade que caracteriza o segmento. A educação foi decisiva para ele, pois estudava com a ajuda da irmã para ler os textos, depois foi fazer intercâmbio nos Estados Unidos. Além disso, suas conquistas estão relacionadas com a tecnologia que ele usa nos softwares de leitura de textos em computador e no celular.

O terceiro sujeito com deficiência inserido no mercado de trabalho é Eduardo Nascimento, 29 anos, surdo. Ele conseguiu uma vaga na empresa de softwares Totvs, trabalha na área de Infraestrutura da empresa, consertando e fazendo pedidos de peças para os computadores. Sua deficiência não o impediu de mudar do setor de

almoxarifado da empresa anterior para o novo trabalho e exercer uma função que exige conhecimento técnico em uma área bastante valorizada profissionalmente, sempre sofrendo os efeitos do poder disciplinar por vias da educação.

A inclusão desses sujeitos no mercado de trabalho foi possível pela estratégia de governamentalidade que se opera sobre essa população, com a implementação da lei de cotas. São os mecanismos de poder agindo por meio da biopolítica, como resultado dos vinte anos da instauração da lei, porém essa inclusão não seria possível sem a sanção que disciplina as empresas por meio da aplicação de multa, caso não cumpram a cota de funcionários com deficiência. Assim, essas ações do biopoder se pautam em uma positividade, na qual tudo é visto como forma de beneficiar a sociedade, promover cidadania e respeito às diferenças.

Desse modo, a mídia propicia a transformação e consolidação de modos de subjetivação, pois é detentora de um poder de controle e seleção do que é dito. Ao escolher os casos dos sujeitos bem sucedidos profissionalmente, silencia outros sentidos para a deficiência, como se pode notar no apagamento que foi dado a um sujeito com deficiência na foto da capa e também pelo editorial da revista que não menciona o seu caso como uma conquista. Conforme mostramos no início desta análise, o editorial ressalta o caso dos três sujeitos apenas, apagando a jovem com Síndrome de Down, Lídia Martins, cuja história está discursivizada no interior da matéria, juntamente com as demais, porém sua foto não aparece na imagem da capa.

O efeito de sentido do apagamento dado a ela na capa da revista corrobora com a construção das vontades de verdade para a deficiência no enunciado. Esse sujeito, por ter Síndrome de Down, está ligado a uma memória que o concebe a partir de limitações intelectuais, enquanto que a deficiência dos outros está atrelada ao corpo físico.

O efeito de visibilidade das conquistas do sujeito com deficiência passa pela ênfase nos bens de consumo oferecidos pela sociedade capitalista. Dessa forma, a inclusão no mercado de trabalho garante a possibilidade de tornar esses sujeitos ativos economicamente, podendo dar lucro em diferentes segmentos. O disciplinamento do corpo permite controlar a deficiência para normalizá-lo, para que esteja apto a realizar várias atividades. Com isso, possibilita um efeito de inclusão, pertencimento e aceitação na sociedade.

PARA EFEITO DE CONCLUSÃO

É preciso buscar os sentidos que se camuflam nos discursos e verificar na ordem do discurso, o caráter de interdição que o perpassa e faz produzir “vontades de verdade” para fazer emergir os efeitos de sentidos desses enunciados, sempre buscando a relação de poder/saber que os constitui.

O enunciado da Revista *Sentidos* mostra como o controle discursivo age para promover determinados sentidos a partir da imagem de capa que apresenta três casos de deficiência. No primeiro caso de deficiência física, o sujeito tem boa aparência, estudou até um grau mais elevado, por isso exerce o cargo de engenheiro mecânico; o segundo tem deficiência visual, teve uma educação formal, cursou a universidade de Jornalismo, fez intercâmbio nos EUA, sua capacidade intelectual foi comprovada. O terceiro sujeito é surdo-mudo, trabalha com computadores, o que exige muito conhecimento e habilidade, por isso, ele quer ampliar seus estudos cursando uma universidade. Já o sujeito com Síndrome de Down foi marginalizado em detrimento de sua deficiência, não recebeu a mesma visibilidade dos outros. Assim, o controle discursivo selecionou os casos que realmente representam a conquista do espaço no mercado de trabalho pela visibilidade na imagem de capa.

Neste enunciado da revista *Sentidos* a questão da deficiência é trabalhada em regimes de verdade diferenciados. Isso mostra que o silêncio também produz sentidos. A inclusão pelo mercado de trabalho deixa marcas que só reforçam estereótipos já legitimados socialmente. Dentre eles, o fato de o sujeito com deficiência ter limitações e incapacidades devido ao tipo de deficiência.

Verifica-se também a questão da competitividade presente no mercado de trabalho corporativo, que só aceita os sujeitos mais qualificados profissionalmente e que darão maior retorno para suas empresas e mais lucro para a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Relatório Nacional de Atividades do Ano Internacional da Pessoa Deficiente**. Ministério da Educação e Cultura, 1981.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Poder e saber. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

- _____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.
- REVISTA SENTIDOS. São Paulo: Editora Escala, Ano 10 N° 63, março, 2011.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.